Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Três Tentos Agroindustrial S.A. (¨Companhia¨ ou "Controladora", e de forma conjunta com suas controladas como "Consolidado" ou "Grupo"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, sendo seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob CNPJ nº 43.202.481.056. A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel, bem como a prestação de serviços referente à análise e correção de solo. Registro de oferta pública de ações: Em 12 de julho de 2021, a Companhia concluiu seu processo de IPO com o início da negociação das ações na B3 – Novo Mercado, com a liquidação financeira da transação tendo ocorrido em 13 de julho de 2021. Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações nos termos da Instrução CVM nº 400. A oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo. A aprovação do preço por ação e do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2022, sendo a liquidação da oferta realizada em 03 de fevereiro de 2022. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Pública, o novo capital social passa a ser de R$ 1.557.741 (sem efeito de custos de transação), dividido em 494.617.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Exercício de opções de compra de ações ordinárias: Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R$ 1,93. Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R$ 2. Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro e do Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R$ 2,04 e R$ 6,87, respectivamente. Programa de Recompra: Em 12 de abril de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Poderão ser adquiridas até 2.000.000 (dois milhões de ações), cujo prazo máximo para aquisição das ações será de até 18 meses, iniciando-se em 13 de abril de 2023 e encerrando-se em 13 de outubro de 2024. Em 11 de maio de 2023, foi adquirido o primeiro lote composto por R$ 85.000 ações pelo valor de R$ 949. Em 09 de novembro de 2023 foi adquirido o segundo lote composto por R$ 50.000 ações pelo valor de R$ 525. **1.1. Relação de entidades controladas:** Durante o exercício de 2022, foram constituídas empresas controladas e no segundo semestre de 2023, foram adquiridas duas empresas pela Companhia, as quais estão descritas na nota explicativa 1.2. Essas empresas foram criadas e adquiridas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

		Participação acionária			
		31/12/2023		31/12/2022	
Empresa	**País**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Tentos Participações Ltda.	Brasil	100%	-	100%	-
Tentos Prom. de Vendas Ltda.	Brasil	-	100%	-	100%
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	18%	-	18%
Tentos Corretora de Seg. Ltda.	Brasil	-	80%	-	80%
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	100%	-	100%	-
Tentos S.A. Crédito, Financiam. e Investimento	Brasil	-	100%	-	-
Tulmex S.A	Uruguai	100%	-	-	-

Principais características das controladas: • Tentos Participações Ltda.: Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, é caracterizada como uma holding, tem como principal objeto social a participação em instituições não-financeiras. Possui como controladas diretas as empresas Tentos Promotora de Vendas Ltda., Mates Locações Aéreas Ltda. e Tentos Corretora de Seguros Ltda. **• Tentos Promotora de Vendas Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como principal objeto social a promoção de vendas. **• Mates Locações Aéreas Ltda.:** Localizada em Santa Bárbara do Sul, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, prestando serviços de viagens áreas à Companhia e partes relacionadas. **• Tentos Corretora de Seguros Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, possui como atividade principal a corretagem de seguros, planos de previdência complementar e saúde. **• Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.:** Localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a participação em instituições financeiras. Atualmente, é a controladora direta da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento adquirida em 2023, conforme nota explicativa 1.2. **• Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.:** Também conhecida como "TentosCap", está localizada em Ijuí, no Rio Grande do Sul. Considerada uma instituição financeira e regulada pelo Banco Central do Brasil, tem como principal objeto social transações de operação de crédito, primariamente aos produtores rurais que são clientes e fornecedores do Grupo, com serviços como cartão de crédito, financiamentos, dentre outros. **• Tulmex S.A.:** Localizada em Montevideo, no Uruguai, é caracterizada como uma trading, atuando primariamente em operações de trading de commodities agrícolas. A controlada foi constituída em 2023, no segundo semestre, e passou a concentrar as operações de exportação de *commodities* do Grupo. As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora. A Companhia detém o controle da Mates Locações Aéreas Ltda., mesmo participando em apenas 18% do seu capital. Isso ocorre visto que a Companhia possui preponderância nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investida. A Companhia possui poder para dirigir as atividades da investida e usa esse poder em seu benefício. Atualmente a maior parte da operação dessa empresa ocorre para atender a Controladora. A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, por ser caracterizada com uma instituição financeira, segue as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC - aprovados pelo BACEN. A Companhia avaliou possíveis ajustes em relação as práticas adotadas pela Controladora, e não foram identificados efeitos materiais que pudessem impactar os saldos apresentados no consolidado. **1.2. Aquisição e constituição de controladas:** No segundo semestre de 2023, a Companhia adquiriu indiretamente por meio de sua controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. a integralidade das ações da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), bem como constituiu diretamente a Tulmex S.A., localizada no Uruguai. A seguir são descritos os detalhes e tratamentos contábeis aplicáveis a cada transação: **(i) Aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"):** Em 11 de julho de 2023, foi efetivada e concluída, a aquisição pela Companhia da totalidade das ações de emissão da Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("TentosCap"), por meio de sua subsidiária Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., tendo em vista a aprovação expressa do Banco Central do Brasil, realizada em 26 de junho de 2023, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.122/12. A efetivação da aquisição foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, cuja respectiva ata foi arquivada na sede da Companhia, em observância ao disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas. O Preço de Aquisição foi firmado em R$ 15.000, o qual correspondia ao valor do capital social da TentosCap em 30 de junho de 2022, data da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações. O valor total foi calculado com base nos valores históricos aportados pelos vendedores na TentosCap, corrigidos pela variação da inflação medida pelo IPCA. O montante corrigido totalizou R$18.687 e foi totalmente pago em 11 de julho de 2023. A referida aquisição trata-se de transação com partes relacionadas, sendo caracterizada como uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum, considerando o método de custo (valores contábeis). Tendo em vista que o valor pago foi superior ao valor do acervo líquido contábil, tal efeito foi registrado em contrapartida ao patrimônio líquido da Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., em conta de transações de capital, no montante de R$2.041. Abaixo, apresentamos o acervo líquido adquirido, em 30 de junho de 2023:

Ativo	**30/06/2023**
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.663
Aplicações financeiras	16.954
Contas a receber clientes (operações de crédito)	70.392
Adiantamentos	1
Outros ativos	526
Total ativo circulante	**93.536**
Não circulante	
Imobilizado	160
Intangível	361
Total ativo não circulante	**521**
Total do ativo	**94.057**
Passivo	**30/06/2023**
Circulante	
Fornecedores	1.156
Empréstimos e financiamentos	75.272
Obrigações fiscais	656
Obrigações trabalhistas	327
Total passivo circulante	**77.411**
Patrimônio líquido	
Capital social	15.000
Reserva de lucros	1.176
Lucros acumulados	470
Total do patrimônio líquido	**16.646**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**94.057**

Com a aquisição da TentosCap, a Companhia passou a ter um segmento de serviços financeiros, o qual representa as operações da instituição financeira. **(ii) Constituição de subsidiária no Uruguai - Tulmex S.A.:** Em 17 de julho de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a constituição de uma subsidiária da Companhia para atividades de importação e exportação de commodities com sede no Uruguai. Desta forma, com a constituição da controlada Tulmex S.A., as operações de importação e exportação de commodities do Grupo passaram a ser centralizadas na respectiva controlada. **1.3. Acordo de investimento em empresa controlada em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (j*oint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto. Os investimentos em empresas controladas em conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia, por meio de sua controlada Tentos Participações Ltda, celebrou acordo visando a constituição de uma *Joint Venture* com a Caramuru Alimentos S/A, com participação igualitária, que tem por objetivo desenvolver a estrutura de logística e armazenagem no Arco Norte do país. Uma vez constituída, a sede da *Joint Venture* será na cidade de Itaituba no estado do Pará, distrito de Miritituba, em área com estruturas para armazenagem de grãos e farelos, além de transbordo para carregamento de barcaças fluviais. Inicialmente, estão sendo planejados os investimentos que serão divididos igualmente entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023, a operação entre as empresas ainda dependia do cumprimento de condições precedentes e aprovação pelas autoridades concorrenciais (CADE). Esta operação, uma vez consumada, possui início previsto em 2026.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras: *Declaração de conformidade*: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board - IASB*". A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Em 20 de fevereiro de 2024, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. *Base de mensuração*: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (nota explicativa 14); - Contas a receber de clientes provenientes de cédulas de crédito de produtor rural (CPR) (nota explicativa 05); - Contas a pagar a fornecedores atreladas a variação do preço de commodities, denominados fornecedores a fixar (nota explicativa 12); e - Estoques de commodities agrícolas (nota explicativa 07). A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.2. Base de consolidação:** *(i) Controladas*: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as atividades relevantes da entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *(ii) Perda de controle*: Quando perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. *(iv) Transações eliminadas na consolidação*: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresa	**País**	**Moeda funcional**
Tentos Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Real
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Real
Tulmex S.A	Uruguai	Dólar amer.

2.4. Conversão de moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e cuja finalidade é para atender compromissos de curto prazo na gestão de caixa da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços referente a coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (ou "*impairment*"). As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de *commodities* agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de *commodity* (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia. **2.7. Estoques:** As *commodities* agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas commodities se destinarem substancialmente a operações de "*trading*". A prática contábil da Companhia relacionada a mensuração do valor justo está descrita na nota explicativa 2.14. Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação. Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda. As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos destes estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda. **2.8. Arrendamentos:** A administração da Companhia reconhece o ativo direito de uso e o passivo de arrendamento na data de assinatura de seus contratos ao valor fixo de mensuração. O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia. A determinação da taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de aplicar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Seguindo o disposto no CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, não foram mensurados os ativos direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos que apresentaram incertezas na determinação do valor, itens de baixo valor e que são classificados como curto prazo. Os contratos reconhecidos na data base têm por objeto o arrendamento de instalações e armazéns para que a Companhia distribua geográfica e estrategicamente suas unidades e armazéns de grãos. A Companhia possui contratos de arrendamento com terceiros, e os espaços físicos arrendados estão todos situados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Os contratos têm duração média de 5 (cinco) anos e as renovações dependem da vontade das partes. No momento da contratação do arrendamento, a Companhia busca avaliar a expectativa de renovação dos contratos ao final da sua vigência. Para tal análise, a Companhia compara o novo contrato com contratos similares existentes ou avalia processos semelhantes de arrendamento ocorridos no passado. A Companhia tem por prática trabalhar com filiais próprias. Os casos arrendados geralmente são pontuais, nos quais a duração do contrato tende a ser o prazo estimado para concluir a construção de uma unidade própria. Dessa forma, a Companhia busca expressar em seus contratos o prazo com a expectativa real de permanecer com o espaço arrendado. **2.9. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Os bens do ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada, bem como perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1) - interpretação sobre a aplicação incial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade Ppara Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. A contrapartida do custo atribuído, assim como dos impostos diferidos sobre ele, foi registrada na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quanto é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Depreciação: A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

	Vida útil em anos	**Taxa de depreciação média ponderada**
Edificações e prédios	60	1,67%
Instalações	10	10%
Veículos	8	12,08%
Máquinas e equipamentos	15	6,67%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de computação	5	20%
Aeronaves	5	20%
Outros	8	12,19%

2.10. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar referentes à compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referentes à compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Provisões:** *Geral*: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*: Provisões da Companhia são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **2.13. Instrumentos financeiros:** *(i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração*: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os demais ativos financeiros ou passivos financeiros são primeiramente reconhecidos ao valor justo. *Classificação*: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue: • Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA"); • Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber e instrumentos financeiros derivativos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente*: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ao custo amortizado: Devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Ao valor justo por meio do resultado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos de principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. *Desreconhecimento*: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: a. substancialmente todos os riscos e benefícios da

continua ...